

Artigos

Carlos Alves Lopes

Augusto António Alves Salgado

Pablo Nunes Pereira

William Gaia Farias

Os esquecidos da baía de Guanabara: prisioneiros brasileiros em Portugal, 1894-96*

The forgotten of Guanabara Bay: Brazilians prisoners in Portugal, 1894-96

Carlos Alves Lopes

Doutor em História Contemporânea. Investigador no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH-UNL), do Centro de Investigação Naval da Escola Naval (CINAV-EN) e do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa). Auditor de Defesa Nacional (IDN).

Augusto António Alves Salgado

Investigador do Centro de Investigação Naval (CINAV-EN) e do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa).

RESUMO

A implantação da República nos Estados Unidos do Brasil, em 1889, viria a despoletar um conjunto de conflitos internos. Contestada a governação republicana quase desde os primórdios do Governo Provisório, onde se acrescentaram graves perturbações nos Estados e no Congresso Nacional da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, que levaria o país a mergulhar numa guerra civil, configurada por duas lutas inicialmente autónomas e regionais: a Revolta da Armada 1893-94 e a Revolução Federalista de 1893-95, as quais que posteriormente se juntaram. Neste artigo pretendemos fazer uma abordagem ao papel da força naval portuguesa presente na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, a partir de Agosto de 1893, mas em especial na acção do seu comandante Augusto de Castilho. A partir de Março de 1894, não só pela ponderação da situação e decisões tomadas o Capitão de Fragata Augusto de Castilho contribuiu para o conflito diplomático que se gerou na sequência da sua decisão humanitária que levou à

ABSTRACT

The republic regime in the United States of Brazil, in 1889, would trigger a series of internal conflicts. The republican government was contested almost from the beginning of the Provisional Government, where serious disturbance was added in the States and in the National Congress of the Federal Republic of the United States of Brazil, that would lead the country to plunge into a civil war, configured by two initially autonomous and regional struggles: the 1893-94 Armada Revolt and the 1893-95 Federalist Revolution, which were later joined in time. In this article we intend to approach the role of the Portuguese naval force present in Guanabara Bay, in Rio de Janeiro, from August 1893, but in particular on the action of its commander Augusto de Castilho. From March 1894, not only by considering the situation and the decisions taken, but the Commander Augusto de Castilho contribution to the diplomatic conflict that was generated, following his humanitarian decision that led to the withdrawal of more than five hundred men

*Artigo recebido em 20 de abril de 2021 e aprovado para publicação em 09 de setembro de 2021.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 34, p. 96-128 – 2021.

retirada de mais cinco centenas de homens de uma situação inevitável de encarceramento e de possíveis represálias atroz. É sobre esses homens salvos a 13 de Março, “os emigrados brasileiros”, que focamos o artigo e damos a conhecer um pouco da sua história após chegados a Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta da Armada Brasileira; asilados brasileiros; Augusto de Castilho

INTRODUÇÃO

Será sempre interessante reflectir novas perspectivas sobre acontecimentos históricos onde a Armada tem o papel principal e seguir rumos interpretativos onde exista a possibilidade de se colocar a mesma como uma força humanitária, para além do seu estrito vector militar.

Na nossa abordagem sobre a missão de transporte dos revoltosos brasileiros que capitularam a 13 de Março de 1894, na baía de Guanabara, referimos uma análise do momento marcante da intervenção directa da força naval portuguesa comandada pelo Capitão de Fragata Augusto de Castilho, onde exploramos interações entre protagonistas e como essas mesmas foram influenciadas por acontecimentos locais e de cariz internacional. Este estudo está agregado a um programa mais amplo de estudos pós-doutorais que aprofunda questões tecnológicas, políticas, diplomáticas e económicas, instrumentais para uma História Militar.

O momento extraordinário que se seguiu à implantação da República no Brasil¹, em 1889, foi um momento catalisador para o rearranjo geopolítico do Continente Americano, onde para além do corte com uma visão política e económica centrada no modelo europeu, o progresso social foi confrontado com uma série de evoluções tecnológicas acompanhadas por uma afirmação política dos Estados Unidos da América como potência mundial² emergente.

from an inevitable situation of incarceration and possible atrocious reprisals. It is about these men saved on March 13, “the Brazilian emigrants” that we focus on the article and let you know a little of their history after arriving in Portugal la documentación oficial y también de fuentes, referentes al período filipino, que aún no habían sido exploradas.

KEYWORDS: *Revolt of the Brazilian Navy; Brazilian asylum seekers; Augusto de Castilho*

No contexto da Guerra Civil Brasileira, entre 1893 e 1895, ou Revolução Federalista, o desfecho da 2ª Revolta da Marinha foi em muito influenciada pela presença das forças navais internacionais, onde se destaca o papel da Marinha de Guerra Portuguesa.

É com o foco entre e o fim da acção dos revoltosos na baía de Guanabara e a sua chegada a Lisboa que enquadrámos a abordagem histórico-militar, e nesse sentido revisitamos a questão dos asilados brasileiros recolhidos pela força naval portuguesa na costa oriental da América do Sul, na baía de Guanabara, entre 12 e 13 de Março de 1894, até à sua chegada aos depósitos de emigrantes brasileiros em Peniche e Elvas em Junho de 1894.

OS ÚLTIMOS DIAS NA BAÍA DE GUANABARA

A 30 de Novembro a força naval revoltosa dividiu-se em duas esquadras: a interior e a exterior, sendo que esta última comandada pelo Contra-Almirante Custódio de Melo largou da baía de Guanabara com os navios mais poderosos para dar a início a um conjunto de operações navais em favor dos federalistas no Sul, mas a opção estratégica agravou a situação táctica no interior da baía de Guanabara.

O fim da capacidade operacional da Esquadra Interior, comandada pelo Contra-Almirante Saldanha da Gama³ desde 7 de Dezembro de 1893, era evidente, o que

tornava necessária uma acção imediata sobre as forças governamentais do Presidente Floriano Peixoto, o que levaria a um ataque sobre Niterói; uma última tentativa para alterar a situação, ou um procurar de um fim em glória.

As faltas gerais de combustível, mantimentos e munições tornavam-se notórias, e as condições operacionais dos navios que operavam desde Setembro sem manutenção começavam a reflectir falhas na capacidade de combate⁴.

Ligado à falta de abastecimentos encontra-se a questão do vapor de bandeira portuguesa *Cidade do Porto*, pertencente a um armador de Buenos Aires, “Benchimol e Sobrinhos”, que tinha demonstrado por escrito um apoio directo à causa federalista na tentativa de obter um contrato de abastecimento com os revoltosos. Este navio trazia de Santa Catarina informações respeitantes à organização do Governo Provisório Federalista, para serem entregues ao Contra-Almirante Custódio de Melo⁵, local onde tinha descarregado armamento e munições vindos de Buenos Aires e onde carregou mantimentos para os revoltosos na baía de Guanabara.

Surto na baía de Guanabara com pouca tripulação a bordo e com o seu capitão detido pelas forças governamentais, o comandante Augusto de Castilho colocou o vapor *Cidade do Porto* sob a protecção portuguesa, até que a autoridade do armador fosse retomada.

Uma segunda situação com um navio de bandeira portuguesa⁶ da mesma firma, o vapor *Alice*, desta vez com abastecimentos dirigidos às tropas governamentais, viria a originar uma igual actuação por parte da força naval portuguesa⁷. Este procedimento decorreu entre 25 de Outubro e 1 de Novembro, desta vez efectuado com elementos destacados da corveta *Mindelo* e sob o comando do Segundo-Tenente Gago Coutinho, para impedir qualquer acção dos revoltosos.

A questão do *Cidade do Porto* manter-se-ia aberta até à fuga dos revoltosos da baía de Guanabara, em face da forte pressão por parte destes para a obtenção da carga retida no navio.

Chegados a 5 de Fevereiro a Esquadra Interior tinha alcançado o limite da sua sustentabilidade operacional. Depois do Contra-Almirante Saldanha da Gama ter falhado um plano de sublevação geral para alterar o *status quo*, e com a impossibilidade de atacar directamente a capital federal Rio de Janeiro, em face da protecção prestada pela força naval internacional. A 9 de Fevereiro teve início um assalto a Niterói, onde estavam estacionados cerca de 2.000 homens das forças governamentais protegidos por redutos e com grande número de peças de artilharia.

O ataque das forças revoltosas realizou-se com apenas 520 homens, numa desproporção de 1:4, mas com a vantagem do factor surpresa. Um apoio de artilharia vindo das ilhas de Conceição, Caju e Mocangué Grande e também dos navios: couraçado *Aquidaban* e cruzador auxiliar *Júpiter* em apoio directo, e um apoio especial do cruzador *Tamandaré* para um bombardeamento das baterias no morro de São João Baptista e no Forte de Gragoatá, como manobra de diversão para desviar a atenção das mesmas do ataque principal.

O assalto às posições governamentais foi violento, fuzilaria, metralha e baioneta, de ambos os lados, tendo muitas das posições sido tomadas em corpo a corpo. Apesar dos sucessos iniciais, a desvantagem numérica das forças revoltosas e os reforços recebidos pelas forças governamentais permitiram a manutenção de grande parte das posições governamentais em Niterói e, posteriormente, uma reconquista progressiva dos pontos inicialmente perdidos durante a madrugada.

A situação tornar-se-ia em poucas horas insustentável para os revoltosos e, com

elevado número de baixas, gerou-se uma situação de desordem e perda de comando, transformando os combates em verdadeira atrocidade e barbarismo⁸. A fuga das forças revoltosas viria a ser efectuada de forma caótica, sob a proteção da artilharia naval, e com uma feroz perseguição por parte das forças governamentais.

Entre o elevado número de baixas, aproximadamente 50% da força inicial, encontrava-se ferido o próprio Contra-Almirante Saldanha da Gama, que quase foi capturado. Do lado das forças governamentais as baixas elevaram-se a cerca de 700 homens⁹, o que reafirma a violência dos combates.

O ataque a Niterói colocou um ponto final para qualquer nova iniciativa de desembarque. Desmoralizadas as chefias da Esquadra Interior, foi tomada a decisão de depor as armas e pôr termo à luta, sendo que a saída vislumbrada pelo Contra-Almirante Saldanha da Gama foi o de se colocarem ao abrigo da Bandeira Portuguesa.

O FIM DA ESQUADRA INTERIOR

Corriam notícias contraditórias sobre a situação da Esquadra Interior e uma dessas encontra-se publicada no jornal diário *Pacotilha*, do Estado do Maranhão, onde refere Niterói cercada por mar e por terra, e, ainda, a aquisição de dois couraçados e dois torpedeiros de alto-mar por parte dos revoltosos com um financiamento contraído em Londres, ou ainda boatos sobre a existência de uma força militar federalista estacionada no mar fora da barra para ser utilizada em Niterói¹⁰.

Pura propaganda sem qualquer aderência à realidade. A situação era verdadeiramente crítica e não existia qualquer possibilidade de reforço das forças da Esquadra Interior. Na realidade, uma Esquadra Governamental, recém-formada no final de Fevereiro estava pronta para avançar sobre as forças revoltosas dentro

da baía de Guanabara e isso terá peso na decisão do ataque a Niterói, em 9 de Fevereiro. O acumular da progressiva desmoralização em face da derrota em Niterói e a chegada da Esquadra Governamental à barra da baía de Guanabara, em 10 de Março, contribuiram para a tomada de decisão de capitulação a 11 de Março.

A capitulação não significou o abandono da luta fora da baía de Guanabara, o que justifica que, a 21 de Fevereiro, o couraçado *Aquidaban* e o cruzador *República* tivessem forçado a saída da barra da baía de Guanabara, sob fogo directo da Fortaleza de Santa Cruz da Barra¹¹.

A 11 de Março, foi entregue em nome do Contra-Almirante Saldanha da Gama uma proposta de capitulação das forças revoltosas ao comandante da força naval portuguesa, o Capitão de Fragata Augusto de Castilho¹², fundamentada por uma situação humanitária e que englobava um conjunto restrito de pessoas, onde se incluía o próprio Contra-Almirante Saldanha da Gama, os seus oficiais e dois médicos, num total de 70 pessoas¹³.

Seria o próprio comandante Augusto de Castilho, em entrevista com o Presidente Floriano Peixoto na noite desse mesmo dia, a entregar uma cópia da proposta de capitulação das forças revoltosas ao Presidente.

O Governo Brasileiro desaprovou a concessão de asilo às forças revoltosas por parte de Portugal e reiterou que findas 48 horas, ou seja, no dia 13 de Março ao meio-dia, iriam começar as operações contra os revoltosos situados em terra: nas ilhas de Villegaignon, Cobras e Enxadas. Mas, também, e contra os navios através de uma acção das baterias em terra, em conjunto com a intervenção da Esquadra Governamental, por forma a colocar um ponto final sobre a revolta na baía de Guanabara. O corpo diplomático de Portugal, Inglaterra, França e Itália ainda tentaram ganhar tempo junto ao Governo

Brasileiro, uma extensão de 24 horas em relação à data limite, mas sem sucesso.

Sem apoio por parte da força naval da Inglaterra e dos Estados Unidos da América aí presentes o Capitão de Fragata Augusto de Castilho encontrou um ambiente adverso por parte dos responsáveis das outras forças navais internacionais presentes. Eram os mesmos que ao longo dos meses anteriores tinham colaborado na arbitragem do conflito, negociando entre as partes um minimizar os níveis de violência em redor da cidade do Rio de Janeiro.

No final do prazo dado pelo Presidente Floriano Peixoto, meio-dia de 13 de Março, entre as 8:00 horas e as 14:30mn, as corvetas portuguesas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* foram invadidas por centenas de refugiados, muito mais que os 70 homens inicialmente alitrados. O número de brasileiros refugiados recolhidos nas corvetas é impreciso e varia de autor para autor: Honorato Caldas indica 493 homens¹⁴ e João Freire e Santos Júnior¹⁵ indicam 518 homens (*Mindelo* 267 e *Afonso de Albuquerque* 251).

A CAMINHO DE LISBOA

Durante os seis dias que se seguiram foram vários os boatos que indicavam como iminente um assalto das forças governamentais brasileiras contra os navios portugueses para arrancar os asilados de dentro dos mesmos¹⁶, mas chegados a 18 de Março veio finalmente a autorização de Lisboa para a força naval portuguesa zarpar.

Saíram vagarosamente em linha da baía de Guanabara em direcção à barra, com as portinholas todas abertas e as peças em bateria, sob o olhar da Fortaleza de Santa Cruz da Barra¹⁷. A corveta *Mindelo* seguia à frente, seguida da corveta *Afonso de Albuquerque*, acompanhadas pelas duas unidades navais britânicas que também se encontravam dentro da baía, o cruzador *Sírius* e a canhoneira *Beagle*, até certa distância fora da barra.

Rumo a Sul, seguiram-se 10 dias de navegação costeira em direcção às repúblicas do Rio da Prata, Uruguai e Argentina, em condições de acomodação exíguas para as guarnições e passageiros, sem comunicação com terra, mas onde as condições climáticas e de mar foram favoráveis.

Chegados a Buenos Aires a questão da viabilidade do transporte dos asilados viria a ser uma questão fulcral para todo o desenlace dos acontecimentos que se seguiriam. As soluções procuradas pelo representante diplomático de Portugal, o Visconde António de Faria, pelo comandante Augusto de Castilho e pelo Conselho do Almirantado em Lisboa¹⁸ levaram à manutenção dos asilados a bordo por um longo período de tempo, onde o tédio, a ansiedade e o chamamento patriótico levaram a um conjunto de fugas dos navios para a Argentina e, posteriormente, para o Uruguai.

Enquanto se discutiam as soluções possíveis, a motivação dos asilados brasileiros para se manterem a bordo dos navios portugueses degradou-se muito, pelo chamamento catalisador de emigrantes brasileiros federalistas em Buenos Aires, que montaram uma estratégia e conseguiram operacionalizá-la, criando oportunidades de fuga.

As informações sobre os estratagemas de fuga chegavam facilmente aos asilados através do contacto com as tripulações das embarcações de transporte e abastecimento que regularmente acostavam às corvetas. Por outro lado, o conhecimento da intenção de desembarcar os asilados em território português em África e não na Europa, também contrariava a motivação para se manterem a bordo.

Devido às duas fugas organizadas por federalistas emigrados em Buenos Aires, as corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* tiveram de se deslocar para águas internacionais.

Mais uma vez os factores externos viriam a ser essenciais para motivar a fuga dos asilados. A Esquadra Exterior Federalista que também tinha encontrado o seu limite operacional, após o insucesso do ataque à cidade de Rio Grande, rumou a Sul para se internar no porto de Buenos Aires e, nesse período, os asilados nas corvetas portuguesas tiveram a oportunidade de observar a passagem dos navios brasileiros junto a *Punta del Indian*¹⁹.

Já com o plano de transporte dos asilados em marcha, as corvetas deslocaram-se para Montevideo, onde se viria a efectuar o transbordo dos brasileiros para o vapor *Pedro III*, mas não sem mais uma fuga.

A presença dos camaradas de armas em Buenos Aires, e em Montevideo, e a forma favorável como foram acolhidos localmente concretizou mais um factor influenciador da motivação de desembarque naqueles territórios, ao invés de se conformarem com um eventual asilo em Angola. Por outro lado, a presença de Custódio de Melo terá influenciado a atitude de Saldanha da Gama que já na baía de Montevideo e com a sua atitude se transformou num facilitador da terceira fuga de asilados.

Foram várias as tentativas de fuga individuais e colectivas frustradas, mas uma última terá passado imperceptível já na ilha britânica de Ascensão, quando do transbordo final dos asilados do vapor *Pedro III* para o vapor *Angola* que os trouxeram até Lisboa.

EM PORTUGAL ATÉ AO ESQUECIMENTO

A história dos emigrados brasileiros em Portugal começou no dia 31 de Maio de 1894, quando o vapor *Angola* chegou finalmente ao Tejo e independentemente do número exacto de homens que ficaram pelo caminho, os que chegaram foram

distribuídos por dois depósitos: o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche e o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas.

Grande parte dos 129 asilados que foram enviados para a Fortaleza de Peniche não desembarcaram em Lisboa e foram levados até ao ancoradouro do porto de Peniche a bordo do vapor *Angola*. Deram entrada na Fortaleza de Peniche no dia 2 de Junho²⁰, sem a necessidade de uma qualquer quarentena uma vez que a duração da viagem garantiu a inexistência de casos de febre amarela, ou de outras doenças vigiadas. Os emigrados brasileiros que ficaram em Lisboa tiveram dois destinos temporários: o Hospital da Marinha e o vapor *Índia*.

No Hospital da Marinha foram internados para tratamento cinco asilados previsto seguirem para Peniche e três de Elvas, todos por períodos de tempo curtos e variáveis²¹. Após a alta hospitalar foram enviados respectivamente para a Praça de Elvas, ou para a Fortaleza de Peniche, conforme a sua patente ou especialidade profissional enquanto civis²².

No vapor *Índia* ficou alojado durante quatro dias o grupo destinado a Elvas, enquanto aguardava pela oportunidade de transporte terrestre. A razão pela qual o grupo foi alojado temporariamente neste navio deveu-se essencialmente à necessidade de proporcionar um alojamento condigno para o grupo em causa, formado essencialmente por oficiais superiores, e à necessidade de limitar a sua liberdade de circulação pela cidade de Lisboa. Ultrapassados os preparativos, o grupo foi embarcado num comboio na Estação do Rossio²³ que seguiu com destino à Estação de Elvas.

Mas quem foi para Peniche e quem foi para Elvas? E quando saíram?

Ao analisarmos as listas nominiais publicadas na imprensa portuguesa e brasileira da época, nomeadamente a revista

*O Ocidente*²⁴, de 11 de Junho de 1894 (Lisboa), e o jornal *Pacotilha*²⁵, de 19 de Dezembro de 1894 (Maranhão), verificámos que estas não são coincidentes com as listas nominais existentes no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. No entanto, foi possível identificar quantos e quais os homens que efectivamente deram entrada na Fortaleza de Peniche a 2 de Junho de 1894 e posteriormente, e quais os homens que deram entrada na Praça de Elvas a 5 de Junho e posteriormente.

A existência dos depósitos de emigrados brasileiros, em Portugal, só fez sentido enquanto o conflito diplomático entre o Brasil e Portugal perdurou e, ainda mais, após a tomada de decisão brasileira de corte de relações diplomáticas com Portugal, pelo Presidente Floriano Peixoto a 13 de Maio de 1894. Data que coincidiu com a chegada dos asilados a bordo do vapor *Pedro III* a águas britânicas no porto de Georgetown, da ilha de Ascensão.

Entre 13 de Maio de 1894 e 16 de Março de 1895, período em que se manteve a disputa conceptual sobre o carácter da situação dos asilados, a gestão dos asilados nos depósitos foi influenciada pela questão diplomática. Contudo, a partir de Março de 1895 e com a perspectiva da vinda do Ministro dos Estados Unidos do Brasil, Assis Brasil, a Lisboa no final do mês, 31 de Março, e ao Porto no final de Abril, a função primária dos depósitos extinguiu-se.

Chegou mesmo a existir um apelo às autoridades portuguesas a favor dos refugiados brasileiros por parte do Contra-Almirante Saldanha da Gama, quando este viajou até Espanha, com a intenção deste oficial-general vir a ser autorizado a entrar em Portugal e de ser recebido pelo Presidente do Conselho de Ministros de Portugal Hintze Ribeiro. No entanto, em face do impedimento por parte das autoridades portuguesas, este oficial publicou, em Madrid, uma carta aberta dirigida a Hint-

ze Ribeiro, datada de 24 de Junho de 1894 e publicada no *Jornal do Commercio* de 16 de Dezembro de 1895, onde expressava a argumentação do seu apelo.

O que se verificou é que o refugiado brasileiro Contra-Almirante José Pereira Guimarães teve muito mais peso na resolução da questão dos asilados brasileiros do que os esforços vindos do Brasil. Especialmente, após a sua reunião com o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro, em Setembro de 1894, em Lisboa, onde foram estabelecidas as condições para a concessão de liberdade aos asilados brasileiros que se encontravam nos depósitos de Elvas e Peniche²⁶.

Se anteriormente era discutível o carácter humanitário da acção no seu todo, a não dissolução imediata dos depósitos e a opção por manter um progressivo processo de autorizações de residência demonstraram um continuar da atitude humanitária para não abandonar esses homens sem tecto e sem rendimentos, de um dia para o outro. Assim, o processo de desvinculação dos refugiados brasileiros aos depósitos onde se encontravam viria a ser processo contínuo e com velocidade variável.

PRAÇA DE ELVAS

Conforme já mencionamos, as listas nominais publicadas na imprensa são quase coincidentes, e não aparentam serem cópia uma da outra, pelas informações particulares que indicam e a informação específica que adicionam. Por exemplo, na revista portuguesa *O Ocidente* surge uma importante referência sobre o número e quais os homens que foram para o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas.

Outra fonte utilizada, para identificar os homens que foram enviados para a Praça de Elvas, foi a análise da documentação avulsa relativa aos Emigrantes Brasileiros

1894-1896, existente no Arquivo Histórico Militar. Neste arquivo, podemos encontrar a correspondência entre o Governador da Fortaleza de Peniche e o Governador da Praça de Elvas, as autorizações de deslocação de emigrados brasileiros, as declarações de honra de não retorno aos Estados Unidos do Brasil, as fichas médicas e um caderno de alterações da situação dos emigrados, entre outros documentos.

Foi também possível extrair das fichas médicas dos hospitais militares do Exército e da Marinha informação relevante, assim como de notas e observações exaradas em livros do registo mensal dos emigrados à guarda do Depósito em Peniche (ver a lista nominal de asilados na Praça de Elvas, em Anexos).

Da leitura da documentação em arquivo sobressai a atenção especial que o Governo Português colocou em relação às condições materiais que foram preparadas para receber os refugiados brasileiros. Exemplo disso é a abertura de um crédito extraordinário disponibilizado pela Ministério da Fazenda²⁷ ao Ministério da Guerra, para fazer face aos abonos, despesas de alimentação e outras, autorizado em 27 de Setembro de 1894.

Conforme já mencionado, para a Praça de Elvas seguiram os 16 oficiais que tinham sido provisoriamente alojados no vapor *Índia*. A revista *O Ocidente* dá o primeiro indício sobre a preocupação perante as condições materiais a oferecer, quando refere que esses oficiais não foram para Peniche por aí não existir aquartelamento conveniente, nem condições para os doentes que à chegada recolheram ao hospital.

Um telegrama do Governador da Praça de Elvas dirigido ao Ministério da Guerra, datado de 5 de Junho de 1894, refere a chegada de 16 “emigrados”[sic] brasileiros na madrugada daquele dia sem incidentes e que estes já tinham declarado por escrito e sobre palavra de honra que não se evadiriam dessa Praça. Menciona,

também, que eram esperados mais três emigrados que tinham ficado no Hospital da Marinha, em Lisboa, e que seguiriam para Elvas assim que a convalescença o permitisse²⁸. Na documentação são ainda encontradas referências às condições de subnutrição²⁹ apresentada por esses homens na chegada a Elvas³⁰.

Sabemos que a recepção dos asilados brasileiros em Elvas foi muito boa e que a 11 de Junho já existiam notícias que indicavam que, por parte dos habitantes locais, tinha havido uma ampla tentativa de os integrar socialmente, dando-lhes acesso aos seus clubes e obsequiando-os em tudo o que lhes estava ao alcance³¹. O local escolhido para o alojamento em Elvas foi o edifício do Mosteiro de São Paulo, onde estava sediado o Regimento de Cavalaria de Elvas (RC3) e hoje se encontra o Hotel Vila Galé.

Da estação de comboio até ao local de alojamento os emigrados foram levados em caravana acompanhados pelo ajudante de campo do Governador da Praça, mais seis praças a cavalo, e as suas bagagens transportadas num carro da administração militar. A justificação para o cuidado de se organizar uma escolta foi referida como para apenas se evitar a acumulação de curiosos em torno dos asilados, durante um percurso que levou perto de uma hora até à chegada ao Quartel de São Paulo. Chegados ao quartel o primeiro acto administrativo foi o de assinarem individualmente declarações exaradas com o próprio punho com o seguinte conteúdo:

“Declaro sob minha palavra de honra que não me evadirei da Praça de Elvas, nem sairei as portas da referida Praça, nem que para isso receba ordem ou concessão”³²

E em face deste compromisso foi concedido pelo Governador da Praça a liberdade de circulação dentro das muralhas da Praça de Elvas.

Foi designada uma guarda para o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas e, para alojar essa mesma guarda - o oficial de dia, o sargento e as praças -, foram utilizadas as instalações do presídio da Praça de Elvas que ficava junto ao Quartel de São Paulo. Esta guarda garantia uma rotina diária que contemplava uma parada às 9:00h da manhã, onde o oficial de serviço de ronda verificava a presença dos asilados e se dispunha a receber qualquer reclamação, ou pedido dos mesmos.

Aos asilados foi disponibilizado um serviço de limpeza diário dos seus alojamentos por quatro faxineiros, supervisionados por um sargento, os quais também estavam encarregados de prestar igualmente outros serviços que estes carecessem. Aos asilados foram ainda garantidos sua alimentação e um abono monetário de acordo com a respectiva patente de oficial.

A liberdade de circulação dos asilados na Praça de Elvas pode ser considerada como muito elevada, em face das inúmeras licenças que lhes foram concedidas, durante o período de guarda. Foram também concedidas duas autorizações para residir em casas alugadas dentro e fora da Praça de Elvas, a Thomaz de Aquino Gaspar Filho e Galdino Cícero Magalhães, respectivamente³³.

As licenças de deslocação tiveram início logo em Junho, apenas alguns dias após a chegada ao Depósito. Estas não só variavam no número de dias, chegando mesmo aos 60 dias, posteriormente prorrogados, mas, também, para a realização de visitas a locais como: Lisboa, Caldas da Rainha, Guimarães, Coimbra, Porto, Gerês, Vila do Conde ou mesmo Peniche.

O registo dessas deslocações encontra-se sucintamente descrito no Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros³⁴, onde se destacam as deslocações de José Pereira Guimarães, Daniel de Almeida e

Sílvio Pellico Belchior ao Conselho do Almirantado, em Lisboa, como testemunhas no processo em Conselho de Guerra do comandante Augusto de Castilho. Outros deslocaram-se a locais já referidos e que, aparentemente, coincidem com uma vontade de residência.

Contudo, nem todos cumpriram a palavra de honra e foram registadas quatro ausências sem licença (fugas), mas também se verificou a inexistência de uma qualquer tentativa para localização e de regresso compulsivo dos mesmos.

A desmobilização do Depósito de Emigrados Brasileiros de Elvas foi progressiva, entre licenças de deslocação e licenças de livre residência. Ainda em 1894, a 68% dos asilados foi dada licença de residência permanente e em Dezembro de 1895 já não existiam asilados brasileiros retidos em Elvas³⁵.

Entre os asilados o mais ilustre de todos foi o Contra-Almirante Médico José Pereira Guimarães, o médico mais graduado da Armada Brasileira e um reconhecido cirurgião do Rio de Janeiro. Com a decisão de acompanhar, em 1894, o Contra-Almirante Saldanha da Gama na luta revolucionária contra o Presidente Floriano Peixoto, manteve-se nesse período no Hospital de Sangue da ilha das Enxadas, no local onde estava sediada a Escola Naval e, a 13 de Março, embarcou com os outros asilados na corveta *Mindelo*. Este oficial permaneceu a bordo da corveta *Mindelo* até que foi transferido para o vapor *Pedro III* e, posteriormente, para o vapor *Angola*, onde chegou a Lisboa, não tendo participado em nenhuma das fugas registadas.

Já em Elvas, foram-lhe concedidas várias licenças e prorrogações de prazo de licença até que em Dezembro de 1894, altura em que lhe foi concedida a licença de livre residência. A primeira licença de 10 dias foi-lhe concedida logo em 18 de

Junho, onde veio esperar a Lisboa a sua família que vinha do Rio de Janeiro. Em Lisboa, a sua licença de deslocação foi prorrogada por mais 20 dias e, a 14 de Julho, recebeu autorização para se manter em Lisboa até nova ordem³⁶.

Em Agosto obteve licença de deslocação de 15 dias para ir a Coimbra, mas com instruções para regressar a Lisboa findo o prazo e até nova ordem. Contudo, em Setembro conseguiu a anteriormente referida reunião com o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro, onde foram assentes as condições para a concessão de liberdade aos asilados brasileiros. Foi neste contexto que lhe viriam a ser proporcionadas as futuras deslocações a Lisboa, Coimbra e Porto, assim como ao estrangeiro. Foi-lhe concedida autorização de livre residência a 22 de Dezembro e, ainda, antes de regressar ao Brasil foi convidado para sócio da Academia Real das Ciências, da Sociedade de Medicina de Lisboa, da Sociedade de Cirurgia de Paris e também agraciado pelo Governo Português com a Comenda da Ordem de Cristo de Portugal³⁷.

São escassas as informações sobre outros asilados, em especial sobre os seus percursos de vida, mas foi possível identificar que o 1º Tenente Sílvio Pellico Belchior terá regressado ao Brasil finda a guerra civil e retomado a sua carreira militar na Marinha Brasileira, como indica uma nota de necrologia no Diário do Natal³⁸, do Estado do Rio Grande do Norte, de 16 de Setembro de 1909, no qual se noticia a missa de 7º dia do falecido Capitão de Corveta Sílvio Pellico Belchior.

No caso do médico cirurgião Daniel de Almeida, sabemos que enquanto esteve em Elvas continuou a prestar serviços de saúde em Elvas e em Évora, serviços esses que foram a 30 de Novembro de 1894 reconhecidos pelo Governo Português. Esta continuação da prática de medici-

na em território português era conhecida entre os emigrados alojados na Fortaleza de Peniche, como se identifica num documento escrito onde é solicitada a autorização para um asilado se deslocar a Elvas a fim de ser operado por este médico³⁹.

FORTALEZA DE PENICHE

O Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche viria a ser o centro de atenções na época, tanto pela proximidade a Lisboa como pelo número de asilados.

O local foi inicialmente indicado por instruções do Ministro da Guerra, o General Pimentel Pinto, a 30 de Maio de 1894, para o alojamento de um capitão de fragata, cinco tenentes e guardas-marinha, os aspirantes, os mestres e oficiais inferiores e as 95 praças da Marinha Nacional do Brasil⁴⁰. Contudo, seguiram o Depósito de Peniche com guia de marcha os militares da Marinha Nacional e outras Forças Militares: seis oficiais (dois tenentes e quatro guardas-marinha), 15 aspirantes, 12 sargentos e 26 praças. A diferença entre o número previsto e o efectivo (129 homens) em Peniche justifica-se pela deliberação posterior de enviar parte dos oficiais para Elvas e a retenção dos civis nesta fortaleza.

A diferença de um asilado que se verifica entre o registo na lista nominal do vapor *Angola* (128 homens) e o registo na lista nominal do Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrados Brasileiros na Praça de Peniche⁴¹ (129 homens) é referente à inexistência do registo do Soldado Marinheiro Victor Lazaro Rodrigues, que não se encontra registado na relação de passageiros de 3ª classe do vapor *Angola*, certamente um lapso, uma vez que entrou na fortaleza no mesmo dia que os outros asilados.

Relativamente aos civis (paisanos) que seguiram para Peniche, estes totalizavam 70 homens e é interessante verificar que

45 foram identificados como sendo portugueses, quatro espanhóis, dois italianos e um francês, ou seja, 74% dos civis que não participaram das fugas no vapor *Pedro III* e regressaram no vapor *Angola* não se identificavam como brasileiros. Talvez seja esta uma justificação para não terem participado da fuga generalizada a 27 de Abril em águas uruguaianas.

A entrada dos asilados em Peniche também foi faseada, sendo que a quase totalidade chegou a 2 de Junho a bordo do vapor *Angola* e só depois, progressivamente, na sequência das altas hospitalares, os internados no Hospital de Marinha, de Lisboa. Esse pequeno grupo de cinco oficiais foi deslocado por transporte terrestre, seguindo de comboio de Lisboa até Torres Vedras e posteriormente de carro até à Lourinhã e daí, finalmente, para a Fortaleza de Peniche.

Nestas listas nominais foi possível depreender que havia cinco casos de doença mais graves que foram tratados no Hospital da Marinha e que os 44 outros quadros clínicos que suscitavam cuidados médicos menores foram tratados na enfermaria da Fortaleza de Peniche⁴².

Progressivamente os asilados doentes e feridos foram recebendo alta hospitalar. Em 1894: 18 em Junho, 11 em Julho, cinco em Agosto, sete em Setembro, um em Novembro e dois em Dezembro. Durante o ano de 1895 foram registadas sete altas hospitalares e a morte do asilado brasileiro Jacinto Nunes dos Santos a 12 de Junho, cozinheiro, natural do Estado de Sergipe⁴³. Esta morte ocorreu após o seu internamento na enfermaria a 16 de Maio na sequência de uma cirrose do fígado. Apenas em Janeiro de 1896, ocorreu a alta hospitalar do último asilado ainda em Peniche.

Ultrapassados os processos de alojamento e de internamento para cuidados de saúde, os recém-chegados a Peniche

também cumpriram o acto administrativo de assinarem uma declaração de honra, onde formalmente referiam que não se evadiriam daquela fortaleza e não regressariam aos Estados Unidos do Brasil, tal como se tinha verificado para os asilados na Praça de Elvas.

As condições de alojamento na Praça de Peniche levaram a que alguns dos emigrados solicitassem autorização para residirem fora da cidadela, o que lhes foi concedido, o que demonstra alguma liberdade de movimentação em torno do perímetro urbano de Peniche⁴⁴.

No entanto, é de referir duas situações, a do 1º Tenente Thomaz de Medeiros Pontes e o médico graduado em 1º Tenente Afonso Henriques de Castro Gomes, aos quais lhes foram oferecidos pelo Ministério da Guerra alojamentos no Hotel de José Maria da Conceição, a 22 de Junho de 1894, no Largo Francisco José Machado em Peniche, actualmente o Largo 5 de Outubro, por forma a presentear estes dois oficiais com condições mais condignas e ao mesmo nível das condições disponibilizadas aos oficiais colocados em Elvas⁴⁵.

Há que referir que o Ministério da Guerra demonstrou ao longo do processo uma preocupação com as condições materiais que ofereceu aos emigrados. Tal preocupação reflectiu-se na atribuição de abonos (vencimentos diários) como se reconhece na nota de 22 de Junho de 1894, onde é indicado que os oficiais e indivíduos (paisanos) com essa graduação receberiam 400 réis, os aspirantes 400 réis, os sargentos e indivíduos com essa graduação equiparada 125 réis, os cabos e soldados 60 réis. De referir que os paisanos foram equiparados aos militares pelas classes profissionais que detinham a bordo. Sobre estes abonos eram descontados os seguintes valores para rancho (conjunto das refeições diárias): sargentos e indivíduos com essa graduação equiparada

95 reis e para cabos, soldados e outros indivíduos civis 45 reis⁴⁶.

O Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche teve no seu máximo 129 asilados: 59 militares (54 brasileiros e cinco portugueses) e 70 paisanos (18 brasileiros, 45 portugueses, quatro espanhóis, dois italianos e um francês), mas o número rapidamente começou a diminuir⁴⁷.

Apesar de os asilados serem inicialmente atribuídos aos locais mencionados, ocorreram exceções, mais ou menos permanentes e outras temporárias. Por exemplo, em Elvas, e nos dois primeiros meses, 14 asilados tiveram autorização para residirem fora da cidadela e, paralelamente, começaram a ser autorizadas licenças para deslocação temporária, o que diminuiu a concentração diária de asilados residentes na fortaleza.

São várias as razões para a concessão de licenças de deslocação temporária. Por exemplo, existiram deslocações entre Depósitos de Emigrados, como se pode avaliar pelo requerimento de Augusto Durval da Costa Guimarães que anteriormente tinha passado pelo Hospital da Marinha, à chegada a Lisboa, e que solicitou em Agosto de 1894 uma licença para se deslocar a Elvas, de modo a ser tratado pelo médico brasileiro Daniel de Almeida que aí se encontrava⁴⁸. Outras licenças de deslocação temporária foram justificadas por motivos pessoais e outras houve que se restringiram a uma ida a Lisboa para audição de asilados também como testemunhas no processo do Conselho de Guerra ao comandante Augusto de Castilho. Para essas audições foram identificadas licenças de dois oficiais de Peniche, mas também a civis asilados de nacionalidade portuguesa, como a António José Pires (fogueiro), João de Lima (trabalhador), João Baptista Teixeira (trabalhador), Domingos António Borges (criado), Francisco António (criado) e João Baptista (criado)⁴⁹.

Se por um lado o controlo sobre os emigrados não era apertado, existem algumas referências a eventuais abusos sobre as licenças de deslocação concedidas, pelo menos relativamente ao médico Afonso Henriques de Castro Gomes (Peniche) e aos oficiais Sílvio Pellico Belchior (Elvas) e Thomaz de Medeiros Pontes (Peniche) em Dezembro de 1894. Estes abusos teriam ocorrido quando estes se encontravam em Lisboa para serem ouvidos como testemunhas e não cumpriram o dever de apresentação na Secretaria do Conselho do Almirantado, tendo o facto sido anotado nos registos pessoais, indicando a situação de localização em local incerto dos mesmos⁵⁰.

O recolhimento dos asilados na Fortaleza de Peniche apenas teve expressão durante os três primeiros meses, sendo que nos dois meses seguintes – Setembro e Outubro de 1894 –, o processo de concessão de licenças de livre residência abrangeu quase 78% do universo de asilados aí colocados⁵¹.

Estes processos de concessão de licenças de livre residência são coincidentes com as datas de idênticos processos que decorriam em Elvas e podem ser associadas ao resultado das negociações anteriormente referidas, entre o Contra-Almirante José Pereira Guimarães, emigrado brasileiro na Praça de Elvas, e o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro em Setembro de 1894, em Lisboa.

Sobre o que aconteceu aos asilados após a obtenção das licenças de livre residência não se encontra um registo específico no Arquivo Histórico Militar, mas existem informações dispersas em pequenas notas nos cadernos e fichas.

Para o caso do 1º Tenente Médico Afonso Henriques de Castro Gomes, um documento datado de 22 de Setembro de 1895 expressa um pedido ao Governador da Praça de Peniche para a restituição

da palavra de honra de não regressar aos Estados Unidos do Brasil, datada de 2 de Junho de 1894⁵², uma vez que desejava regressar findas as razões que o impunham. Nesse mesmo documento encontrámos referência à idêntica solicitação para os outros oficiais que o acompanhavam no Depósito de Peniche.

Igualmente, encontrámos junto à nota de autorização de livre residência concedida a dois irmãos portugueses, Bernardino Gonçalves Duque e José Gonçalves Duque, de profissão cordoeiros, naturais de Póvoa do Varzim, permissão para a partir de 12 de Setembro de 1894 puderem residir na localidade de onde eram naturais⁵³.

CONCLUSÕES

Ao longo do trabalho de investigação, foi observada a existência de um conjunto de estudos histórico-políticos e de um interesse particular sobre a questão diplomática subjacente ao conflito. Todas essas abordagens relevam os factos de cariz militar, menosprezando a abordagem sócio-militar dos acontecimentos, em especial o *day after* dos homens que fugiram da baía de Guanabara e foram enviados para Elvas e Peniche.

Nesta análise, a principal dificuldade centrou-se na determinação dos números, sem colocar em causa o valor histórico incalculável contido nos relatos exarados nos volumes do Conselho de Guerra do comandante Augusto de Castilho e outros, em face das dificuldades próprias de registo de informação em situações conflito.

É neste campo que o estudo dos fundos arquivísticos sobre os asilados brasileiros, existentes no Arquivo Histórico Militar, forneceram as respostas pretendidas. Dos “brasileiros” que chegaram a Lisboa grande parte assumiu uma nacionalidade diferente da brasileira: portuguesa, espanhola, italiana e francesa, ou encon-

travam-se fisicamente debilitados, feridos ou doentes, o que não lhes permitiu terem tentado a fuga. Assim, a “não-fuga” desses homens poderá está em parte ligada a uma desmoralização, ou desmotivação na causa revolucionária federalista, mas, também, pelas débeis condições físicas que se encontravam ou de uma perspectiva de retorno à Pátria.

Por outro lado, em relação aos oficiais superiores brasileiros colocados na Praça de Elvas, o seu estatuto militar e o receio das perseguições que poderiam ser alvo no Brasil ou, eventualmente, na oportunidade de visitar hospitais-universitários na Europa, poderão explicar motivações pessoais porque estes se mantiveram a bordo das corvetas portuguesas, e posteriormente em Portugal até aos finais da guerra civil, ou até ao fim do mandato presidencial de Floriano Peixoto.

Verificámos que o processo de asilo foi um procedimento importante para Portugal e para os homens ao chegarem a Lisboa. Estes não foram abandonados nas ruas. Os depósitos de emigrados brasileiros e o apoio que lhes foi oferecido durante o “cativoiro” permitiram um sentimento gradual, mas quase imediato, da liberdade pessoal e de residência em território nacional. Foram sendo “libertados” conforme o seu estado clínico lhes permitia e após apresentarem uma vontade de residência fora das Praças para onde foram enviados.

Todo este processo parece-nos ser muito interessante e abre novas hipóteses de investigação, como, por exemplo, um estudo sobre a influência e transmissão das ideias republicanas brasileiras em grupos políticos republicanos nacionais, ou junto do corpo de Oficiais da Marinha Portuguesa no final da Monarquia Constitucional.

FONTES

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Itamaraty, Brasil, Rio de Janeiro – BR/RJ/AHI
 Arquivo Histórico Militar, Portugal, Lisboa – PT/AHM
 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil, Espírito Santo – BR/APEES
 Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Portugal, Lisboa – PT/BCM-AH
 Biblioteca do Senado Federal, Brasil, Brasília – BR/BSF
 Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, Brasil
 Hemeroteca Digital Municipal de Lisboa, Portugal, Lisboa – PT/HML
 Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional Brasil – BR/HBNB

JORNAIS E REVISTAS

Diário do Natal, Brasil, Rio Grande do Norte
Pacotilha, Brasil, Maranhão
Revista da Marinha Brasileira, Brasil, Rio de Janeiro
Revista História, Universidade Federal Goiás, Brasil, Goiás
O Ocidente, Portugal, Lisboa
Brasil-Portugal, Portugal, Lisboa

DOCUMENTAÇÃO

ALVAREZ, Adriana (2004), “El Rol de los Lazaretos en el Control de el Cóler y la Fiebre Amarilla: Buenos Aires 1870-1915”, in *História Revista*, Vol. IX, n.2, pp.287-317, Jul-Dec 2004, BR Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://doi.org/10.5216/hr.v9i2.10448> (consultado em 2020/04/09)

ALVES, Francisco das Neves (1998), “A Ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada”, in *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. XXIV, n.2, pp. 231-246, Dec 1998, BR Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1998.2.27262> (consultado em 2020/11/11)

AZEVEDO, António Augusto (1895), *Fracasso do ataque a cidade do Rio Grande*, BR Porto Alegre, Livraria Mazon.

BARRETO, Aníbal (1958), *Fortificações do Brasil*, BR Rio de Janeiro, Estabelecimentos Gráficos Monte Scopus Lda.

BENTO, Cláudio Moreira (2016), *A Esquadra Legal ou Esquadra de Papelão e suas vitórias no Rio de Janeiro e Santa Catarina na Revolta da Esquadra 1893-1894*, BR Pelotas, Academia Militar das Agulhas Negras. <http://www.ahimtb.org.br/A%20Esquadra%20Legal%20ou.pdf> (consultado em 2020/03/02)

CALDAS, Honorato Cândido Ferreira (1896), *Apoteose do Almirante Saldanha da Gama*, BR Rio de Janeiro, Tipografia e Papelaria de Alexandre Vilela.

CASTILHO, Augusto de (1894a), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático I*, Série Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, M. Gomes Editor-Livreiro de suas Majestades e Altezas.

CASTILHO, Augusto de (1894b), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático II: Correspondência Oficial, Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora.

CASTILHO, Augusto de (1894c), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático III: Correspondência Oficial, Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora.

CASTILHO, Augusto de (1903), "Dr. José Pereira Guimarães", in *Brasil-Brasil*, Ano V, n.103 de 1 de Maio de 1903, Lisboa, Tipografia Portugal. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1903_1904/N103/N103_master/N103.pdf (consultado em 2020/07/22).

CASTRO, Celso (1995), *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e acção política*, BR Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

COSTA, Dídio (1944). "Centenário do Nascimento de Heróis da Marinha 1844-1944", in *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV Jul-Ago-Set 1944, n. 1,2 e 3, pp. 3-43, BR Rio de Janeiro, Ministério da Marinha - Imprensa Naval. http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1944_00148.pdf (consultado em 2020/10/05)

COSTA, Sérgio Corrêa da (2017), *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*, Série História Diplomática, BR Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

DONATO, Hernâni (1996), *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, BR São Paulo, Ibrasa.

ESPARTEIRO, António Marques (1985), *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, Vol. XVII, Lisboa, Edição do Ministério da Marinha, Biblioteca Central da Marinha.

FREIRE, João (2018), *Augusto Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*, Lisboa, Academia de Marinha.

GOMES, Laurentino (2015), *1889*, Porto, Porto Editora.

LIMA, Joaquim Quelhas (1940), *Normas Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo*, Parte 1, Lisboa, Ministério da Marinha-Estado Maior Naval.

MARTINS, Hélio Leôncio (1997), *A Revolta da Armada. – 1893*, BR Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997.

NABUCO, Joaquim (1896), *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. BR Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger.

RICUPERO, Rubens (2017), “José Maria da Silva Paranhos Júnior” in PIMENTEL, José Vivente de Sá (editor), *Brazilian Diplomatic Thought: Policymakers and Agents of Foreign Policy (1750-1964)*, Vol. II, BR Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

RINKE, Stefan (2015), *América Latina y Estados Unidos: Una historia entre espacios desde la época colonial hasta hoy*, SP Madrid, El Colegio de México – Ediciones de Historia, SA.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2014a), “Entre barcos e telegramas: A crise do Asilo diplomático depois do fim da Revolta da Armada (1894)”, in *Antíteses*, Vol. VII, n.13, Jan-Jun. 2014, pp. 134-157. BR Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2014b), *O mais esquisito dos espetáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894*, Tese Doutoral em História, BR Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5718/1/000456310-Texto%2BCompleto-0.pdf> (consultado em 2020/07/28)

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2015), “Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada”, in *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Vol. XXXV, Jul.-Dec. 2015, pp. 147-174, BR Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo. <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/12495> (consultado em 2020/10/12).

SILVA, Tomás Mendes da (2015), *Imagens da Revolução Federalista (1893-95) na Literatura e na História*, Dissertação de Mestrado em Letras, BR Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8078/Tomas.pdf?sequence=1> (consultado em 2020/09/11)

VILLAR, Frederico (1944), “As Revoluções que eu vi”, in *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV Out-Nov-Dec de 1944, n. 4,5 e 6, pp.293- 314, BR Rio de Janeiro, Ministério da Marinha - Imprensa Naval. http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1944_00148.pdf (consultado em 2020/10/05).

XAVIER, Mateus Fernandez (2017), “A Revolta da Armada: a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal”, in *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. XIII, n.1, pp.173-200, 2017, PB Brasília Distrito Federal, Universidade de Brasília. <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/download/253/pdf> (consultado em 2020/05/03).

ANEXOS

TABELAS

Tabela 1 - Propostas de Transporte

Tabela 2 - Localizações das Esquadras

Tabela 3 - Internamentos no Hospital da Marinha

Tabela 4 - Acontecimentos externos relevantes

Tabela 5 - Autorizações de residência fora do Quartel de São Paulo, Elvas

Tabela 6 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Elvas

Tabela 7 - Autorizações de residência fora da Fortaleza, Peniche

Tabela 8 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Peniche

Tabela 9 - Lista nominal de asilados na Praça de Elvas

Tabela 10 - Lista nominal asilados na Praça de Peniche

Tabela 1 - Propostas de Transporte

Propostas	Data	Vapor	Bandeira	Autorização Almirantado	Autorização A. Castilho
Augusto de Castilho	13 de Março	<i>Cidade do Porto</i>	Portuguesa	Não	---
António de Faria	2 de Abril	<i>Norte América</i>	Italiano	Não	---
António de Faria	4 de Abril	2 rebocadores	Argentinos	---	Não
António de Faria	6 de Abril	<i>Pedro III</i>	Argentino	Sim	---
Conselho do Almirantado	2 de Maio	<i>Angola</i>	Portuguesa	Sim	---

Tabela 2 - Localizações das Esquadras

Localizações	13/Março	25/Março	6/Abril	13/Abril	16/Abril	18/Abril	28/Abril
Força Naval Portuguesa Augusto de Castilho	<i>Brasil</i> Rio de Janeiro	Argentina Buenos Aires Quilmes	Argentina Buenos Aires Quilmes	<i>Argentina</i> Punta del Indian	<i>Argentina</i> Punta del Indian	<i>Uruguai</i> Montevideo	<i>Uruguai</i> Montevideo
Esquadra Interior Saldanha da Gama	<i>Brasil</i> Rio de Janeiro	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Esquadra Exterior Custódio de Melo	<i>Brasil</i> Santa Catarina	<i>Brasil</i> Santa Catarina	<i>Brasil</i> Rio Grande	<i>Uruguai</i> Castilho	<i>Argentina</i> Buenos Aires	-----	-----

Tabela 3 - Internamentos no Hospital da Marinha

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Depósito de Destino	Baixa Hospitalar	Alta Hospitalar
José Augusto Ribeiro	Oficial Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro	Elvas	31/05/1894	12/06/1894
Luís Timóteo Pereira da Rosa	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	Elvas	31/05/1894	9/06/1894
Octacílio Nunes de Almeida	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	Elvas	31/05/1894	9/06/1894

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Depósito de Destino	Baixa Hospitalar	Alta Hospitalar
Trajano Augusto de Carvalho Júnior	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	Peniche	31/05/1894	9/06/1894
José de Lima Campelo	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	Peniche	31/05/1894	4/07/1894
Arthur Alexandre Coelho Messeder	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	Peniche	31/05/1894	9/06/1894
Arthur Torres	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	Peniche	31/05/1894	7/07/1894
Augusto Durval da Costa Guimarães	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	Peniche	31/05/1894	7/06/1894

Tabela 4 - Acontecimentos externos relevantes

1894	13 de Maio	Corte de relações diplomáticas com Portugal, pelo governo de Floriano Peixoto
	31 de Maio	Chegada a Lisboa dos asilados brasileiros
	24 de Junho	Contra-Almirante Saldanha da Gama em Madrid apela à libertação dos emigrados brasileiros
	Setembro	Negociação de condições de residência dos asilados entre o Ministro Hintze Ribeiro e o Contra-Almirante Médico José Pereira Guimarães
	15 de Novembro	Fim da presidência de Floriano Peixoto, tomada de posse do Presidente Prudente de Moraes
1895	16 de Março	Reatar das relações diplomáticas Brasil-Portugal
	31 de Março	Recepção do Ministro dos Estados Unidos do Brasil, Assis Brasil, em Lisboa
	24 de Junho	Morre Saldanha da Gama
	29 de Junho	Morre Floriano Peixoto
	23 de Agosto	Fim da Revolução Federalista – Paz de Pelotas

Tabela 5 - Autorizações de residência fora do Quartel de São Paulo, Elvas

Nome	Posto	Data da licença
Thomaz de Aquino Gaspar Filho	Capitão-Tenente, Médico	15/10/94
Galdino Cícero Magalhães	Capitão de Fragata, Médico	15/10/94

Tabela 6 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Elvas

Ano/Mês	Em Elvas		Fora de Elvas			Em Permanência em Elvas
	Alojamento Quartel São Paulo	Alojamento Fora do Quartel	Licenças Deslocação Temporária	S/Licenças Fugas	C/Licenças Livre Residência	
1894						
Chegada a Elvas	19					19
Junho	19		2			17
Julho	19		1			18
Agosto	19		9			10
Setembro	14	1			4	15
Outubro	13	2	1	1	7	6

Ano/Mês	Em Elvas		Fora de Elvas			Em Permanência em Elvas
	Alojamento Quartel São Paulo	Alojamento Fora do Quartel	Licenças Deslocação Temporária	S/Licenças Fugas	C/Licenças Livre Residência	
1894						
Novembro	5	2	1			6
Dezembro	5	2			1	6
1895						
Janeiro	5	1				6
Fevereiro	5	1				6
Março	5	1			1	5
Abril	5					5
Maio	5					5
Junho	5					5
Julho	5					5
Agosto	5			2		3
Setembro	3			1		2
Outubro	2				1	1
Novembro	1				1	0
Dezembro						0
Totais				4	15	

Nota: Dados recolhidos do Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros. (PT-AHM/DIV3/17/04/CX29/18)

Tabela 7 - Autorizações de residência fora da Fortaleza, Peniche

Nome	Posto	Data da licença
Thomaz de Medeiros Pontes	1º Tenente	22/06/1894
Afonso Henriques de Castro Gomes	1º Tenente Médico	22/06/1894
Manuel da Agonia	2ª Sargento	12/07/1894
José António Lacerda	Aspirante	13/08/1894
José Mattoso de Castro e Silva	Aspirante	13/08/1894
Luís Pereira Pinto Galvão	Aspirante	13/08/1894
Mário Cezar Bormann de Borges	Guarda-Marinha	13/08/1894
Mário César de Castro Menezes	Aspirante	13/08/1894
Octacílio Pereira Lima	Aspirante	13/08/1894
Trajano Augusto de Carvalho	Aspirante	13/08/1894
António Afonso Monteiro Chaves	Aspirante	14/08/1894
Arthur da Costa Pinto	Aspirante	14/08/1894
Ernesto Federico da Cunha	Aspirante	14/08/1894
Guilherme de Azambuja Neves	Aspirante	14/08/1894

Tabela 8 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Peniche

Ano/Mês	Em Peniche		Fora de Peniche			Em Perma- nência em Peniche
	Alojamento na Fortaleza	Alojamento Fora da Fortaleza	Licenças Deslocação Temporária	S/Licenças Fugas	C/Licenças Livre Resi- dência	
1894						
Chegada a Peniche	124					124
Junho	125	2				127 ⁵⁴
Junho	126	3	3			126 ⁵⁵
Agosto	115	14	13		2	114
Setembro	113	14	2		46	79
Outubro	74	7			52	29
Novembro	29				3	26
Dezembro	26					26
1895						
Janeiro	26					26
Fevereiro	26					26
Março	26					26
Abril	26				1	25
Maio	25					25
Junho	25				2 ⁵⁶	23
Julho	23					23
Agosto	23				12	11
Setembro	11				8	3
Outubro	3					3
Novembro	3					3
Dezembro	3			2 ⁵⁷		1
1896						
Janeiro	1				1	0
Totais				2	127	

Tabela 9 - Lista nominal de asilados na Praça de Elvas

Nome	Posto	Agrega- ção	Nacionali- dade	Referido em "O Ociden- te", n.557, 11 de Junho de 1894, Lisboa ⁵⁸	Referido em "Pacotilha" n. 300, 19 de De- zembro de 1894, Maranhão ⁵⁹	Licença Livre Resi- dência
José Pereira Guimarães	Contra- Almirante Médico	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	22/12/94 Lisboa
Galdino Cícero Magalhães	Capitão-de- Fragata Médico	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	5/11/95
Thomaz de Aquino Gaspar Filho	Capitão- Tenente Médico	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	1/03/95

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em "O Ocidente", n.557, 11 de Junho de 1894, Lisboa⁵⁸	Referido em "Pacotilha" n. 300, 19 de Dezembro de 1894, Maranhão⁵⁹	Licença Livre Residência
Francisco Pardeus da Costa Lima	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileira	X	X	13/10/94
Sílvio Pellico Belchior	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	8/09/94
Olímpio Pereira Gomes	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	13/10/94
Luís Timóteo Pereira da Rosa	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	13/10/94
Octacílio Nunes de Almeida	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	5/10/94
Alípio Dias Calonna	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileira	X	X	05/09/94
José Mariano de Faria Dias	Guarda-Marinha Comissário	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	Ausente s/ licença
Manuel Marques de Faria	Guarda-Marinha Comissário	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	Ausente s/ licença
Daniel de Almeida	Médico	Paisano	Brasileiro	X	X	18/03/95
Francisco da Silva	Oficial da Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro			11/09/94 Ericeira
Henrique Lender	Oficial da Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro	X	X	13/10/94
Manuel José da Silva	Oficial da Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro	X	X	Ausente s/ licença
Tadeu da Silva Castro	Oficial da Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro	X	X	13/10/94
José Augusto Ribeiro	Oficial da Marinha Mercante	Paisano	Brasileiro	X		Ausente s/ licença ⁶⁰
João de Castro Noval	Tenente	Guarda Nacional	Português	X		16/09/94 Guimarães
Júlio César de Carvalho Lobo	Alferes	Guarda Nacional	Brasileiro	X	X	13/10/94

Tabela 10 - Lista nominal asilados na Praça de Peniche

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
Afonso Henriques de Castro Gomes	Médico 1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	10/09/94
Thomaz de Medeiros Pontes	1º Tenente	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	8/09/94
António Cândido de Carvalho	Guarda-Marinha	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Mário Cezar Bormann de Borges	Guarda-Marinha	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	7/09/94
José Joaquim Brandão dos Santos Júnior	Guarda-Marinha	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Arthur Torres	Guarda-Marinha	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	12/10/94
Ernesto Federico da Cunha	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	10/09/94
Cândido de Andrade DORTAS	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Mário César de Castro Menezes	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	26/09/94
Arthur da Costa Pinto	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Guilherme de Azambuja Neves	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	12/10/95
José António Lacerda	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Octacílio Pereira Lima	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	26/09/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
José Mattoso de Castro e Silva	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Luís Pereira Pinto Galvão	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	11/10/94
Óscar Octávio de Assis Pacheco	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	12/10/94
António Afonso Monteiro Chaves	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	12/10/94
Trajano Augusto de Carvalho Júnior	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	24/09/94
Arthur Alexandre Coelho Messeder	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro		X	1ª	20/09/94
José de Lima Campelo	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	12/10/94
Augusto Durval da Costa Guimarães	Aspirante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		1ª	26/09/94
Casimiro Hermenegildo Pinto	Contra-Mestre 1º Sargento	Marinha Nacional	Brasileiro	X		2ª	12/10/94
José Francisco dos Santos Paes	Mestre Sargento Ajudante	Marinha Nacional	Brasileiro	X		2ª	2/10/94
Luís Paulino de Carvalho	Calafate Sargento Ajudante	Brigada de Artífices	Brasileiro	X	X	2ª	12/10/94
João Joaquim de Azevedo Júnior	Enfermeiro 1º Sargento	Batalhão Naval	Português		X	2ª	12/10/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
Sebastião Ferreira do Nascimento	Guarda de Polícia 2º Sargento Músico	Guarda de Polícia do Arsenal	Brasileiro	X	X	2ª	12/10/94
António Pereira dos Santos	Mestre de Lancha 2º Sargento	Arsenal de Marinha	Brasileiro		X	2ª	14/10/94
Manuel da Agonia	Mestre de vapor mercante 2º Sargento	Escola Naval	Português		X	2ª	25/09/94
Francisco Mendes Lopes	Mestre de Vapor Mercante 2º Sargento	Escola Naval	Português		X	2ª	7/09/94
Joaquim da Costa Freitas	Maquinista de 2ª classe 2º Sargento	Escola Naval	Português		X	2ª	8/09/94
Paulino Lopes de Andrade	Mestre de Rebocador Mercante 2º Sargento	Escola Naval	Português	X	X	2ª	12/10/94
Manuel Pereira Sardo	Mestre de Lancha 2º Sargento	Batalhão Naval	Brasileiro	X	X	2ª	8/08/94
António José da Silva	Mestre de Navio Mercante 2º Sargento	Escola Naval	Brasileiro	X	X	2ª	2/09/95
Adriano Abílio Pessoa	Fogueiro Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Português		X	3ª	11/09/94
Octaviano Gomes Padilha	Músico de 1ª Classe Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro		X	3ª	20/09/94
João Marques de Assis	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X		3ª	13/10/94
António Thomaz Martins	Fogueiro Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Português		X	3ª	2/04/95
José Marques de Abreu	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro		X	3ª	13/10/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
Romão Gonzaga	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Felizardo Guerra	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro		X	3ª	13/10 /94
João Guilherme e Silva	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/09/94
Estêvão de Lima	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	6/10/94
Deodado Ramos dos Santos	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Manuel Valério do Nascimento	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Manuel Orraca	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Tertuliano Correia	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Português	X		3ª	13/10/94
Franco Joaquim Ribeiro	Carpinteiro Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
João Capitan	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X		3ª	13/09/94
Manuel Rodrigues Chaves	Aluno Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	7/09/94
Thomaz da Cruz Ferraz	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	7/09/94
Agostinho Ventura dos Santos	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	7/09/94
José António	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	30/09/94
José da Rocha Moreira	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
José António Ribeiro	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Thomaz Maciel	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Joaquim de Jesus	Aluno Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	5/10/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
João Silva do Brazil	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X	3ª	5/10/94
Paulino de Oliveira	Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X		3ª	17/08/95
Victor Lazaro Rodrigues	Maquinista Soldado Marinheiro	Marinha Nacional	Brasileiro	X	X		18/08/94
António Mendes Carneiro	Criado	Paisano	Português		X	3ª	3/08/95
Augusto José Mendes	Despenseiro	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Francisco Raphael Lopes	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	1/10/94
Bernardino Gonçalves Duque	Cordoeiro	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
José Gonçalves Duque	Cordoeiro	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
Manuel dos Passos	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	10/09/94
Agostinho Rodrigues	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	16/10/94
Manuel de Lima	Padeiro	Pedreiro	Português		X	3ª	16/09/94
Manuel Pereira Gomes	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	9/09/94
Augusto Trindade	Serralheiro	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
Joaquim Luís da Silva	Catraeiro	Paisano	Português		X	3ª	13/10/94
Joaquim Teixeira	Catraeiro	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
Cristóvão Ferreira	Negociante	Paisano	Português		X	3ª	3/08/95
Roberto Pinheiro	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	16/11/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
João da Cunha Peixoto	Pintor	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
Francisco dos Santos Gomes	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	2/09/95
José Pinto Soares	Trabalhador	Paisano	Português		X	3ª	7/09/94
António Ribeiro de Sousa	Criado	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
Alexandre Caetano	Trabalhador	Paisano	Português		X	3ª	6/08/95
António Dias	Criado	Paisano	Português		X	3ª	16/11/94
José Theodoro dos Santos	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	1/10/94
Francisco José Santiago	Fogueiro	Paisano	Brasileiro		X	3ª	7/09/94
Francisco dos Santos	Profissão Desconhecida	Paisano	Português		X	3ª	16/09/95
Domingos António Borges	Criado	Paisano	Português		X	3ª	4/09/94
João Francisco Ribeiro	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	13/10/94
João Baptista	Criado	Paisano	Português		X	3ª	11/09/94
António José Pires	Fogueiro	Paisano	Português			3ª	11/09/94
Leonardo Ferreira da Silva	Criado	Paisano	Português		X	3ª	9/09/94
João Baptista Teixeira	Trabalhador	Paisano	Português		X	3ª	11/09/94
João de Lima	Trabalhador	Paisano	Português		X	3ª	12/09/94
António Baptista	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	9/09/94

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
António de Sousa da Silva	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	3/08/95
Francisco António	Criado	Paisano	Português			3ª	???????
Júlio Martinez	Trabalhador	Paisano	Espanhol	X	X	3ª	7/09/94
João Franco	Trabalhador	Paisano	Espanhol	X	X	3ª	7/09/94
Marianno Cardoma	Fogueiro	Paisano	Espanhol	X	X	3ª	22/06/95
Secundino Franco	Trabalhador	Paisano	Espanhol	X	X	3ª	7/09/94
Domingos Soares	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	3/08/95
Francisco Madeira	Fogueiro	Paisano	Português		X	3ª	13/10/94
Manuel José Marcelino	Maquinista de Lancha	Paisano	Português		X	3ª	16/09/95
Francisco Rodrigues	Marítimo	Paisano	Brasileiro		X	3ª	7/09/94
Carlo Francesco ⁶¹	Trabalhador	Paisano	Italiano		X	3ª	6/08/95
Antonio Corrado	Trabalhador	Paisano	Italiano		X	3ª	23/10/94
Francisco Luís Chagas	Profissão Desconhecida	Paisano	Brasileiro	X		3ª	18/08/95
João Pedro Hegnot	Cozinheiro	Paisano	Francês		X	3ª	16/01/96
Jacinto Nunes dos Santos	Cozinheiro	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	Faleceu 12/06/95
José Maria de Santana	Profissão Desconhecida	Paisano	Brasileiro		X	3ª	18/08/95
Pedro José Ramalho	Estudante	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	9/09/94
Themoteo Borges Ferreira	Profissão Desconhecida	Paisano	Brasileiro			3ª	18/08/95

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
João Pereira de Oliveira	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Cristóvão Fernandes	Pedreiro	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	2/09/95
António José da Silva	Marítimo	Paisano	Português	X	X	3ª	23/11/94
Theodoro Gomes da Silva	Marítimo	Paisano	Brasileiro		X	3ª	13/10/94
Norberto Leopoldo dos Santos	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X		3ª	2/09/95
Pedro de Sousa Portugal	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	2/09/95
Arcindo António Correia de Oliveira	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Filomeno do Espírito Santo	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
Silvério da Silva Gomes	Criado	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	13/10/94
José Quirino de Brito	Trabalhador	Paisano	Brasileiro	X		3ª	13/10/94
José Manuel Barreto	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	18/08/95
Bibiano Luís Vicente	Trabalhador	Paisano	Brasileiro	X		3ª	13/10/94
Luís Paulino da Silva	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	??????
João Pereira do Nascimento	Marítimo	Paisano	Brasileiro	X	X	3ª	18/08/95
António Paulo das Neves	Marítimo	Paisano	Português		X	3ª	18/08/95

Nome	Posto	Agregação	Nacionalidade	Referido em Ocidental, 11 de Junho de 1894 Lisboa	Referido em Pacotilha 19 Dezembro de 1894, Maranhão	Vapor Angola Classes de Alojamento	Licença Livre Residência
Claudino José da Silva	Cozinheiro	Paisano	Brasileiro	X	X	3 ^a	13/10/94
Liberato Gomes de Matos	Cozinheiro	Paisano	Brasileiro	X	X	3 ^a	2/09/95
Manuel António	Marítimo	Paisano	Português		X	3 ^a	4/10/94
João Gomes Ferreira	Marítimo	Paisano	Brasileiro		X	3 ^a	13/09/94
Manuel Fernandes	Pedreiro	Paisano	Brasileiro	X		3 ^a	2/09/95
Francisco José de Sousa	Trabalhador	Paisano	Brasileiro	X	X	3 ^a	13/10/94

NOTAS

¹ Celso Castro (1995), pp.163-191.

² Stefan Rinke (2015), pp. 90-91.

³ O Contra-Almirante Saldanha da Gama manteve uma certa neutralidade perante a luta que os seus camaradas de armas mantinham na baía de Guanabara, até 7 de Dezembro de 1893. No acto de adesão à Revolta da Armada publicou um manifesto onde expressou a sua opinião política, a qual foi interpretada como uma manifestação de apoio à restauração da monarquia. Esse manifesto viria a dar argumentos ideológicos para o governo também identificar a Revolução Federalista sob a liderança de Silveira Martins, ex-senador do Império que chegou a estar exilado junto com a Família Real em 1889, como apoiante à restauração da monarquia.

⁴ Honorato Caldas (1896), pp. 58-59.

⁵ Augusto de Castilho (1894b), p.202.

⁶ Idem, p.285.

⁷ Idem, p.244.

⁸ Honorato Caldas (1896), p.70.

⁹ Hemâni Donato (1996), p.299.

¹⁰ Pacotilha, 7 de Março de 1894.

¹¹ Aníbal Barreto (1958), pp.200-07.

¹² Honorato Caldas (1896), pp.77-78.

¹³ Idem, p.79.

¹⁴ Honorato Caldas (1896), pp.87-93.

¹⁵ Santos Júnior (2015), p.156.

¹⁶ Honorato Caldas (1896), p.86.

¹⁷ Frederico Villar (1944), p.307.

¹⁸ Ver Tabela 1 - Propostas de Transporte, em Anexos.

¹⁹ Ver Tabela 2 - Localizações das Esquadras, em Anexos.

²⁰ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/09 – Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrantes Brasileiros na Praça de Peniche, de 1894.

²¹ Ver Tabela 3 - Internamentos no Hospital da Marinha, em Anexos.

²² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.



²³ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/39 – Nota do Conselho do Almirantado de 14 de Junho de 1894 e PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/39 – José Augusto Ribeiro.

²⁴ O Ocidente, 11 de Junho de 1894.

²⁵ Pacotilha, 19 de Dezembro de 1894.

²⁶ Ver Tabela 4 - Acontecimentos externos relevantes, em Anexos, para percepção de acontecimentos que externamente terão influenciado a evolução da situação dos asilados.

²⁷ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/16 – Crédito Extraordinário para Despesas com Emigrados Brasileiros.

²⁸ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Emigrantes Brasileiros. Telegrama da Secretaria da Guerra, ao Comandante da 4^a Divisão Militar, em Évora, de 4 de Junho de 1894.

²⁹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Emigrantes Brasileiros. Telegrama do Governador da Praça de Elvas para o Ministério da Guerra, e posterior correcção dos dados transmitidos.

³⁰ Ver Tabela 9 - Lista nominal de asilados na Praça de Elvas, em Anexos.

³¹ O Ocidente, 11 de Junho de 1894.

³² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Carta do Governador da Praça de Elvas dirigida ao Director Geral da Secretaria da Guerra, de 6 de Junho de 1894.

³³ Ver Tabela 5 - Autorizações de residência fora do Quartel de São Paulo, Elvas, em Anexos.

³⁴ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.

³⁵ Ver Tabela 6 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Elvas, em Anexos.

³⁶ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.

³⁷ Augusto de Castilho (1903), p. 103.

³⁸ Diário do Natal, 16 de Setembro de 1909.

³⁹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/26 – Documento Avulso.

⁴⁰ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/20 – Telegrama da Secretaria da Guerra para o Ministro da Marinha.

⁴¹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/09 - Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrantes Brasileiros na Praça de Peniche, de 1894.

⁴² PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/01 – Emigrados Brasileiros Depósito de Peniche. Relação de altas hospitalares de 1894, 1895 e 1896.

⁴³ PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/01 – Emigrados Brasileiros Depósito de Peniche, Altas do Hospital 1894-96.

⁴⁴ Ver tabela 7 - Autorizações de residência fora da Fortaleza, Peniche, em Anexos.

⁴⁵ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/21 – Afonso Henriques de Castro Gomes.

⁴⁶ PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/03 – Emigrados Brasileiros em Depósito, 1894.

⁴⁷ Ver tabela 10 - Lista nominal de asilados na Praça de Peniche, em anexos.

⁴⁸ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/26 – Augusto Durval da Costa Guimarães.

⁴⁹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/25 – Augusto de Castilho.

⁵⁰ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/25 – Augusto de Castilho.

⁵¹ Ver Tabela 8 - Quadro de saída dos emigrados do Depósito de Peniche, em Anexos.

⁵² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/21 - Afonso Henriques de Castro Gomes.

⁵³ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/27 - Bernardino e José Gonçalves Duque.

⁵⁴ Chegaram três asilados vindos do Hospital da Marinha.

⁵⁵ Chegaram dois asilados vindos do Hospital da Marinha.

⁵⁶ Um dos asilados faleceu em Junho de 1895.

⁵⁷ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/09 - Para dois asilados não se encontra registada a data da licença de livre residência e os respectivos nomes não constam no Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrantes Brasileiros na Praça de Peniche de 1896, data em que saiu o último asilado.

⁵⁸ *O Ocidente*, 11 de Junho de 1894.

⁵⁹ *Pacotilha*, 19 de Dezembro de 1894.

⁶⁰ O asilado José Augusto Ribeiro é referido no jornal *Pacotilha*, de 19 Dezembro de 1894, como se tendo ausentado de Portugal sem cumprir a formalidade de declarar que não voltaria ao Brasil.

⁶¹ BR/APEES - Imigrantes Italianos no Estado de Espírito Santo. Carlo Francesco de nacionalidade italiana, terá chegado ao Brasil, em 1875, com apenas 12 anos de idade, no navio *Cervantes*. Com ele viajaram os pais e os irmãos. <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/italianos.pdf> (consultado em 11/09/2020).